

8. SOCIOLOGIA JURÍDICA

AS VÁRIAS FACES DA VIOLÊNCIA

ENEIDA DE MACEDO HADDAD

LUCI GATI PETROCOLLA

As várias faces da violência, seminário organizado pelo IBCCrim, teve como principal objetivo participar do debate nacional sobre a violência e o medo presentes na sociedade brasileira. Através de um *novo olhar* sobre a questão, procurou-se chamar a atenção da sociedade civil em geral e dos membros do IBCCrim em particular para a importância do esclarecimento do fenômeno.

A violência e o medo foram compreendidos não mais como elementos de “fora” da nossa cultura. Enquanto produção social, não podem ser pensados independentemente do modo como são construídas e articuladas as relações sociais. Os inúmeros casos de violência denunciados pela mídia e o medo que paira sobre todos apontam para uma nova subjetividade que vem sendo formada e reforçada nas últimas décadas. O processo de socialização para a violência não tem tido limites, perpassando todas as relações humanas. De fato, atitudes violentas estão, crescentemente, sendo tomadas como naturais. Quem se sente violentado com a corrupção dos políticos por nós eleitos? A internalização gradual da violência leva a reprodução inconsciente da mesma. É na cultura, portanto, que fundamos a explicação para a violência e o medo na sociedade brasileira.

Promovendo a violência – concentração da renda, encolhimento do mercado

de trabalho, redução das oportunidades de vida, estreitamento do acesso aos direitos sociais, desrespeito ao cidadão, falta de perspectiva aos jovens, enfim, insegurança no presente e descrença no futuro –, o modelo econômico vigente promove, também, o exercício da mesma por toda sociedade civil. Para alguns segmentos sociais, a violência vem se tornando estratégia de sobrevivência.

A tentativa de depositar um novo olhar neste fenômeno social, levou-nos à procura de pensadores de diferentes áreas do conhecimento, por entendermos que a discussão interdisciplinar é sempre mais rica. O seminário teve a duração de quatro dias. Organizado por temas, contou com três ou quatro palestrantes em cada mesa de trabalho que, após a exposição de suas teses e reflexões, abriram o debate ao público.

A leitura realizada pelas psicanalistas complementou a discussão da violência como produção social, na medida em que destacou o significado da cultura na criação de regras que colocam limites para as pulsões agressivas dos seres humanos. Nesta direção, conclui-se que os profissionais do Direito poderão assumir um papel relevante na construção de um novo tempo, se conscientes da importância da sua prática profissional na democratização da sociedade brasileira.

Ao longo das exposições foram debatidas questões relativas à complexidade da vida urbana, ao papel da mídia e à

associação desta com a violência, uma vez que os meios de comunicação de massa têm por princípio a manipulação e controle das massas. Foi analisada a profunda desigualdade social da sociedade brasileira e o modo como a mídia impressa e eletrônica rotula e estigmatiza os pobres associando-os a vilões: (...) "*Pelas imagens e pelas palavras, eles (os pobres) são fotografados e rotulados. Não se vêem mais pessoas. Vêm-se carentes, favelados, ladrões, menores, delinquentes, criminosos, bandidos, viciados*" (MELLO, Sylvia Leser).

Do mesmo modo, foram abordadas as diferentes formas de violência no meio rural, desde a estrutura fundiária do país, o trabalho escravo, o de crianças e os combates físicos entre latifundiários e trabalhadores rurais até a inoperância do Judiciário no julgamento dos conflitos da terra. A presença, numa mesma mesa, de um dirigente do MST (Movimento Sem Terra) e do Secretário da Justiça do Estado de São Paulo, somada à de uma especialista em questões da terra, favoreceu a polêmica e a reflexão sobre a violência no meio rural.

As experiências práticas de comunidades periféricas envolvidas na luta pelos Direitos Humanos trouxeram maior dinamização às discussões. Segundo os expositores, em todas elas ocorreu a

diminuição dos crimes e outras manifestações de violência. Na região de Campo Limpo, visando favorecer a mudança de atitudes no cotidiano, o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular – CDHEP – vem oferecendo o Curso de Formação de Orientadores Jurídicos Populares, ministrado por profissionais do Direito. O mesmo curso é ministrado pela União de Mulheres de São Paulo, objetivando capacitar mulheres de origem popular "para lidar com as leis, o direito e facilitar o acesso à justiça e aos serviços correlatos" (TELES, M. Amélia de Almeida).

Das experiências relatadas, mencionamos ainda a desencadeada pela Associação de Proteção e Assistência Carcerária – APAC – de Bragança Paulista. Envolvendo a comunidade, esta instituição conseguiu reformar a cadeia pública da cidade e criar um sistema alternativo para cumprimento de penas dos presidiários.

Com a realização desse evento – *As várias faces da violência* –, o IBCCrim abriu mais um espaço de luta pelos Direitos Humanos, procurando enriquecer-se com a colaboração das demais ciências sociais e com as experiências populares. É o que se pretende demonstrar, publicando as palestras que nos foram enviadas.